

1468

F640

(135)

(333)

547

F

Decreto de FHC sofre condenação na Europa

PARLAMENTO EXIGE QUE BRASIL REVOGUE NOVA REGRA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Os índios brasileiros, sobretudo os da região amazônica, ganharam um forte aliado na luta pela revogação do Decreto 1.775, assinado no dia 8 de janeiro deste ano pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que alterou os critérios de demarcação de áreas indígenas: o Parlamento Europeu. Numa decisão tomada no último dia 12, mas que já começou a provocar alguns estragos em Brasília, os políticos europeus, convocados pelos deputados Wolfgang Kreissl-Dörfler e Undine Block von Blottnitz, do Grupo dos Verdes, classificam o decreto como "genocida, antiíndio e um retrocesso sem precedentes na legislação indigenista do Brasil". E mais: para eles, a atitude do governo brasileiro propicia a invasão das reservas indígenas por garimpeiros, empresas madeireiras, fazendeiros e grileiros. "No passado, invasões similares resultaram muitas vezes em despejos, assassinatos seletivos e massacres", sustenta o Parlamento Europeu.

PARÁ - O polêmico decreto assinado por FHC nada mais é do que uma antiga idéia do senador paraense Jader Barbalho (PMDB), que, ao governar o Estado em seu segundo mandato, protestou veementemente junto ao governo federal, considerando absurda a existência de enormes áreas indígenas que praticamente usurpavam cerca de 32% das terras do Pará. O atual ministro da Justiça, Nelson Jobim, foi o advogado do Estado na questão, mas o governo paraense acabou derrotado no Supremo Tribunal Federal. Procurado na quinta-feira, 22, para falar sobre o assunto, Jader Barbalho não foi localizado. "Ele está na fazenda dele e só volta segunda-feira pela manhã", informou uma de suas secretárias.

O governador do Amapá, João Capiberibe, que retornou de uma viagem à Europa, onde teve a oportunidade de se manifestar sobre a questão indígena brasileira numa conferência na Escola de Altos Estudos, em Paris, e também na Alemanha, afirmou a O LIBERAL que sua posição sempre foi a de cobrar do governo a urgente demarcação das áreas hoje ocupadas pelas comunidades indígenas. "Reafirmei a opinião de quem está engajado há vários anos na luta em favor dos ín-

dios, a despeito da presença dos embaixadores brasileiros nessas conferências", acrescentou.

ALERTA - A Fundação Danielle Mitterrand, numa carta enviada a FHC, critica a decisão do governo, alertando-o para o perigo que representa para todas as nações indígenas do Brasil a redução do tamanho de suas reservas. A mesma posição também já havia sido manifestada pela Anistia Internacional. O ministro Nelson Jobim ficou ao mesmo tempo surpreso e irritado com a decisão, pois já havia programado para o próximo mês de março uma visita ao Parlamento Europeu. O objetivo dele é se encontrar com os parlamentares para apresentar as razões de o governo brasileiro haver aprovado o Decreto 1.775. Essa decisão, na realidade, foi uma antecipação ao pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade do Decreto 22/91, baixado no governo Collor de Mello.

Acusado mais uma vez no exterior de ser um contumaz desrespeitador dos direitos humanos, o Brasil ainda tentou evitar a decisão dos parlamentares europeus. Um exemplo desse esforço partiu do embaixador Jório Dauster, que chefia a missão brasileira junto à União Européia. Quando soube que o Parlamento iria se reunir para debater e votar a proposta dos deputados verdes, ele ainda mandou um fax a todos os parlamentares tentando adiar para o mês de abril a votação. No fax, Dauster considerava "parcial" a proposta dos verdes. Ela, porém, foi mantida na pauta de votação e acabou aprovada na íntegra. Seu conteúdo foi considerado "muito duro" pelo governo brasileiro.

"Eles deliberaram sobre o que não conhecem. Não ouviram o governo brasileiro e tomaram uma decisão unilateral sobre um assunto que eles não têm informação", reagiu o ministro Nelson Jobim, sugerindo que os europarlamentares se preocupem com a "questão da Bósnia, que eles não conseguiram resolver". Jobim confirmou que estará no Parlamento Europeu no dia 28 de março, mas que fará isso não para prestar contas ao mundo, e sim dentro da "perspectiva da soberania nacional".

Parlamento adverte para risco de invasões

Eis a íntegra do texto do Parlamento Europeu denunciando o Decreto 1.775:

"Tendo em conta as suas numerosas resoluções relativas aos povos indígenas. Considerando o decreto 1.775, editado pelo governo brasileiro em 08/01/96, que alterou os critérios de demarcação de áreas indígenas no Brasil. Considerando que esse decreto coloca em risco mais de 344 das 545 áreas indígenas do Brasil, muitas das quais já demarcadas pelo governo.

"Considerando que esse decreto propicia a invasão das reservas por garimpeiros, empresas madeireiras, fazendeiros, grileiros, e que no passado invasões similares resultaram muitas vezes em despejos, assassinatos seletivos e massacres. Considerando que, nos últimos anos, pelo menos 123 índios foram mortos no Brasil em consequência de disputas de terras e que todos os responsáveis têm ficado em absoluta impunidade.

"Denuncia o decreto 1.775 como genocida e antiíndio e como um retrocesso sem precedentes na legislação indigenista do Brasil. Exorta o governo brasileiro a revogar imediatamente o decreto. Exige a investigação dos assassinatos de índios e a punição dos responsáveis.

"Exorta o Conselho e a Comissão a revisar suas relações com o Brasil, sendo a cláusula de direitos humanos a base da sua política exterior, em geral, e de seu acordo de cooperação com o Brasil, em concreto. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente resolução à Comissão e ao Conselho, aos governos dos Estados-membros e ao governo do Brasil".

VIDE - VERSO



O Decreto 1.775 "propicia a invasão das reservas por garimpeiros, madeireiras, fazendeiros e grileiros", segundo o Parlamento Europeu

GOVERNADOR DO AMAPÁ ESPERA QUE O PRESIDENTE REVEJA A DECISÃO

O governador do Amapá, João Capiberibe, vê com preocupação o posicionamento do governo em manter o Decreto 1.775. "Espero que o presidente Fernando Henrique Cardoso reveja a questão, dissipando a inquietação da opinião pública", afirmou o governador, em entrevista por telefone a O LIBERAL. Capiberibe voltou da Europa, onde acompanhou o desenrolar da votação no Parlamento Europeu.

■ O senhor esteve na Europa, dias atrás, tratando de interesses do governo do Amapá, mas também acompanhou o protesto dos europarlamentares contra o governo brasileiro no caso das terras indígenas. Qual a sua posição sobre o assunto?

□ Logo que o presidente da República assinou o Decreto 1.775, mandei a ele uma carta pedindo sua revisão. Antes disso, minha esposa, a deputada Janete, também havia conversado com Fernando Henrique, em Manaus, juntamente com a senadora Marina Silva (PT-AC), manifestando nossa preocupação com as conversas dando conta de que o decreto seria assinado, como de fato foi. Duas tentativas já foram feitas para a demarcação das terras indígenas. A primeira foi em 1973, através de uma lei ordinária, e a segunda, através da

Constituição de 88, que nas Disposições Transitórias estipulou um prazo de cinco anos para a demarcação. Mas só em 91 que ela foi regulamentada. De lá para cá, as demarcações deslancharam. Quando elas começaram a deslanchar, surge um decreto que vai, no mínimo, atrasar todo o processo demarcatório.

■ O atual senador Jäder Barbalho, quando governou o Pará de 90 a 94, havia protestado energicamente contra as demarcações, considerando-as lesivas aos interesses do Estado, pois destinavam imensas áreas para poucos índios. Como o senhor interpreta essa posição do senador?

□ O atual ministro Jobim havia sido advogado numa causa, durante o governo do Jäder, em que o Estado questionava a demarcação de algumas áreas indígenas do Pará, mas ele perdeu no Judiciário. Mas a questão res-



João Capiberibe: Inquietação

surgiu agora, com esse Decreto 1.775. Esta é uma situação inadmissível. Eu pergunto: a que interesses atende esse decreto? Será que atende aos índios ou à democracia brasileira? O problema é que não existe litigante em processo sobre demarcação de áreas indígenas. Ora, se não há, não se tem o que contestar.

■ O tamanho das reservas deve ser reduzido? O atual governo considera paternalista a política de demarcação. Em Altamira, por exemplo, há 1 milhão de hectares para apenas 37 índios.

□ Quantos hectares têm os Mutran, em Marabá? Basta pegar um só latifundiário como exemplo. Ele tem mais de um milhão de hectares. Há muitos com esse tamanho espalhados pela Amazônia.

■ A Jari tem mais de um milhão de hectares.

□ Tem, mas ela acabou de doar 100 mil hectares ao governo do Amapá. Foi uma negociação feita a favor da comunidade de Santo Antônio. Nas terras, será criada uma reserva de uso múltiplo de recursos. Mas isso é outro assunto. Na Amazônia, chega a ser ridículo se discutir terras indígenas, quando 90% das populações se concentram em volta das cidades. Pela superfície da região, se as áreas indígenas não forem demarcadas, daqui a pouco elas serão depredadas e utilizadas intensivamente por garimpeiros, mineradoras e madeireiras. Um país que não mantém suas reservas, sejam elas indígenas como florestais, ambientais e parques nacionais e estaduais, está condenado a importar recursos primários.

■ Com essa pressão internacional toda, agora reforçada pelo Parlamento Europeu, o governo brasileiro irá revisar o Decreto 1.775?

□ Espero que sim. Afinal, o presidente Fernando Henrique, sendo um sociólogo e tendo sua esposa, dona Ruth, como antropóloga, não tem nada a ver com esse projeto. Isso não partiu dele. Creio que ele terá condições de rever isso, dissipando a inquietação da opinião pública, tanto nacional como internacional.